

Faltam vagas em abrigos para mulheres vítimas de violência na Alemanha

Uma em cada três mulheres no mundo sofre violência, e isso acontece também na Alemanha. Muitas vezes, o culpado é o próprio parceiro, e o local do abuso é a própria casa. Abrigos oferecem refúgio, porém, os lugares são limitados.

[\(G1, 10/12/2017 - acesse no site de origem\)](#)

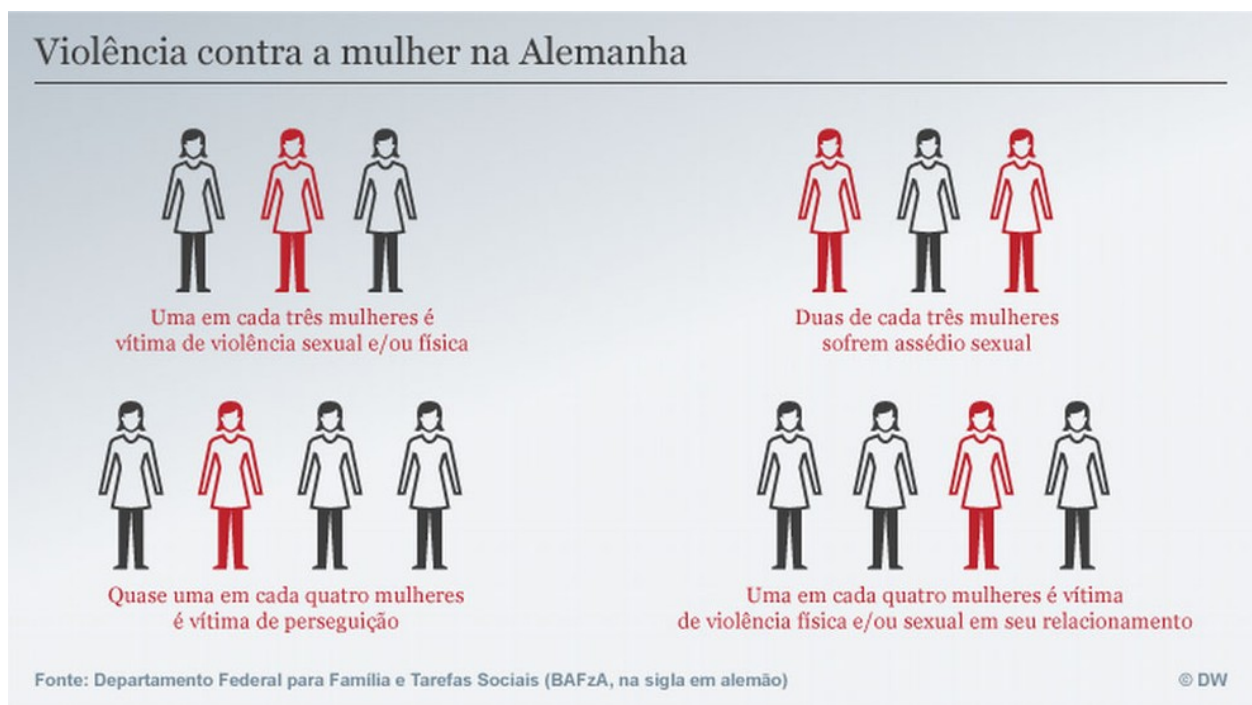
Durante o relacionamento, eu senti que surgiu um vazio na minha alma. E que ele roubou e comeu a minha alma”, diz Viktoria (nome dado pela redação), lutando para conseguir palavras para expressar as feridas que seu primeiro marido lhe causou mental e fisicamente. Ele a prendeu, humilhou e controlou por vários dias em seu apartamento. Mas, por acaso, ela recebeu um panfleto com endereços de locais que ofereciam assistência às vítimas de violência doméstica. Ela escondeu o papel e fugiu quando a porta do apartamento não estava trancada.

Após a separação, Viktoria tentou construir uma nova vida. Ela começou uma nova relação: o homem era amoroso e, inclusive, cozinhava para ela. Viktoria voltou a estudar para tentar entrar na universidade, ficou grávida - porém, a violência começou mais uma vez dentro de casa, com abusos verbais diários, humilhações e também violência física. Certa vez, seu marido tentou estrangulá-la. A pressão era tanta que ela estava prestes a se suicidar.

“Depois disso tudo, eu pensei que era culpa minha. Eu sempre fiquei procurando os erros em mim”, diz Viktoria, hoje com 28 anos, em entrevista à DW. Atualmente, ela mora com o filho em um abrigo para mulheres na cidade alemã de Colônia. Somente ali ela percebeu que sua experiência é parecida com a de outras mulheres. Uma em cada três mulheres em todo o mundo é vítima de violência sexual ou física, sendo que muitas vivenciam a violência durante vários anos.

Também para Paula (nome dado pela redação), da Romênia, o casamento com o segundo marido começou bem. Ele morava na Alemanha, e eles se conheceram através da família. Paula, atualmente com 37 anos, lembra que eles se entenderam imediatamente, e ele era um homem bom. Na época, ela rescindiu seu emprego como educadora e se mudou com a filha de seu primeiro casamento para Colônia.

Mas, depois de alguns meses, o marido mudou da água para o vinho. Ele se tornou cada vez mais agressivo, xingava Paula e incitou as três filhas - de seu primeiro casamento - contra ela. Ela conseguiu sair da casa, mas ele implorou que ela voltasse. Naquela época, Paula estava grávida e foi convencida a tentar mais uma vez a vida de casal. Porém, o terror psicológico recomeçou depois de alguns meses.



Violência contra a mulher na Alemanha (Foto: DW)

Uma morte a cada três dias na Alemanha

Paula e Viktoria tiveram sorte, principalmente por terem sobrevivido aos abusos. Em 2015, somente na Alemanha, a cada três dias, uma mulher foi morta por seu parceiro. “Quando dizemos esse número, todos pensam imediatamente que se trata de outro país. Mas, como em outras nações, a Alemanha também tem problemas de violência”, conta Bettina Metz,

diretora-executiva do Comitê Nacional das Nações Unidas para as Mulheres, a organização de direitos da mulher da ONU na Alemanha.

“Os últimos dados são ainda mais assustadores”, afirma Metz à DW. “Esse número representa somente os feminicídios. A tentativa de feminicídio não está incluída aqui.” Por isso, foi lançada uma campanha com o hashtag #JedenDrittenTag (A cada três dias, em tradução livre) para mobilizar as pessoas contra a violência global contra as mulheres.

“Isso é difundido em todas as culturas e setores da vida”, explica Metz. “Estamos vendo isso agora na campanha #MeToo (#EuTambém). Há cada vez mais mulheres que dizem, ‘sim, isso aconteceu comigo’. E é incrível a quantidade de outras pessoas com as quais isso também aconteceu e que elas não são as únicas a sofrerem isso.”

Trocar experiências com outras mulheres e não se sentir tão sozinha ajudou muito Viktoria. No começo, ela não queria ir ao abrigo para mulheres. “Isso porque o abrigo é para mulheres que realmente vivenciaram violência, e não para mim. Eu não fui espancada, meu rosto parece bem e eu não tenho hematomas.”

Mas a violência psicológica, que muitas mulheres vivenciaram, é também tão perigosa quanto a física - e quase levou Viktoria a cometer suicídio. Ela e Paula tiveram a sorte de ser admitidas em um dos dois abrigos para mulheres que existem em Colônia.

São poucas as vagas, conta Hamila Vasiri, funcionária da Associação Mulheres Ajudam Mulheres (Verein FrauenHelfenFrauen, em alemão), que administra as duas casas para mulheres. “Para uma metrópole alemã como Colônia temos o total de 20 lugares. Na primeira casa, há espaço para dez mulheres com 12 crianças. Já na segunda, para dez mulheres com 14 crianças. Isso é muito pouco para uma cidade com mais de um milhão de habitantes.”



A violência contra mulher e a escassez de abrigos femininos são um problema mundial, como também no Paquistão (foto) (Foto: DW)

Dificuldades de financiamento dos abrigos femininos

Os 350 abrigos femininos na Alemanha nem sempre conseguem se financiar facilmente. Em parte, eles se mantêm por doações ou subsídios que a cidade ou comunidade concede para o acolhimento de mulheres que foram abusadas. O número de funcionários e o financiamento são escassos em todos os lugares.

“Nós exigimos uma legislação a nível nacional para financiar totalmente os abrigos para mulheres”, diz Metz, do Comitê Nacional das Mulheres da ONU. “Os municípios estão fazendo o que podem, mas o governo federal deveria fazer mais.”

Muitas mulheres encontram refúgio na casa de familiares ou amigos - ou conseguem achar um novo apartamento para si e os filhos. Mas é grande o risco de o ex-parceiro obter o endereço. Os abrigos para as mulheres são anônimos e proporcionam proteção contra a perseguição.

Pela internet, é possível ver num mapa em quais dos 62 abrigos femininos no

estado alemão da Renânia do Norte-Vestfália ainda há vagas. A maioria está sinalizada sempre com a cor vermelha, porque, especialmente nas grandes cidades, quase todos os lugares estão ocupados.

“Ao longo do ano, os abrigos femininos em Colônia estão verdes somente por algumas horas”, explica Vasiri, da Associação Mulheres Ajudam Mulheres em Colônia. No ano passado, eles tiveram que recusar 700 mulheres por falta de espaço.

A maioria das mulheres que procura proteção no abrigo feminino permanece por algumas semanas ou meses. Até agora, Paula vive no local há sete meses e meio. Pouco depois de se separar do marido e chegar ao abrigo, ela percebeu que estava mais uma vez grávida – e entrou em depressão.

Mas, com o apoio das outras mulheres e funcionários do abrigo, ela conseguiu recuperar a coragem. “Eu não estou sozinha. Agora, eu sou feliz”, conta Paula, acrescentando que ela se alegra por seu terceiro filho. “Eu sinto que, agora, eu estou pronta para continuar a minha vida!”

Viktoria diz que o abrigo feminino é como uma segunda família. “A força que tivemos para sair da violência conecta todos nós”, explica. “Uma apoia a outra para reconstruir a alma que foi destruída pela violência.”

Justiça alemã aprova registro de pessoas do terceiro gênero

Mais alta instância jurídica da Alemanha decide que, além dos sexos feminino e masculino, pessoas devem poder ser registradas como intersexuais na certidão de nascimento; país deve ser pioneiro em legislação na Europa

[\(Opera Mundi, 08/11/2017 - acesse aqui\)](#)

O Tribunal Constitucional Federal alemão decidiu nesta quarta-feira (08/11)

que pessoas do chamado terceiro gênero podem ser registradas como intersexuais ou ter a definição de gênero omitida em suas certidões de nascimento.

Pessoas intersexuais são aquelas que têm alguma variação de caracteres sexuais, o que dificulta a identificação do gênero masculino ou feminino após o nascimento. Essa variação pode estar ligada aos cromossomos sexuais, à presença de órgãos sexuais de ambos os sexos ou a hormônios sexuais femininos e masculinos.

A corte em Karlsruhe considerou que o direito geral de proteção à personalidade, previsto na Constituição alemã, também prevê a proteção à identidade de gênero. Por sete votos a um, os juízes estabeleceram que uma nova legislação deve ser criada até o final de 2018 para permitir “designações positivas de gênero” como “intersexual” ou “diverso”.

“A definição de gênero é de suma importância para a identidade individual, tendo papel fundamental na imagem própria de uma pessoa e na forma como essa pessoa é vista pelos outros”, diz a decisão dos juízes. “Dessa forma, a identidade de gênero das pessoas que não são masculinas nem femininas está protegida.”

Pioneirismo na Europa

Com a criação da nova legislação, a Alemanha deve se tornar o primeiro país europeu a permitir o registro de pessoas do terceiro gênero na certidão de nascimento. Desde 2013, os alemães podem optar por deixar em branco a lacuna referente ao gênero nesses documentos, mas para defensores dos direitos do terceiro gênero essa medida ainda não era suficiente.

O caso chegou à Justiça alemã quando uma pessoa pediu para mudar sua descrição de gênero para “inter” ou “diverso” em seu registro de nascimento, onde constava que era do sexo feminino. O caso fracassou em diversas instâncias até chegar ao Tribunal Constitucional.

Estima-se que 80 mil pessoas na Alemanha se considerem intersexuais, não se enquadrando nas características masculinas ou femininas. Algumas possuem ao mesmo tempo testículos e ovários, enquanto outras não

produzem os hormônios que determinam características binárias de gênero.

Os juízes em Karlsruhe ouviram 16 associações e organizações associadas ao tema. Entre os favoráveis ao terceiro gênero estavam o Instituto Alemão para os Direitos Humanos, a Sociedade Alemã para a Pesquisa Sexual e a Sociedade Alemã de Psicologia. Contra a decisão do tribunal estavam o Comitê Central dos Católicos Alemães e a Associação Federal de Cartórios de Registro.

A ministra alemã da Família, Katarina Barley, comemorou a decisão do tribunal e pediu que o novo governo federal avance nessa questão tão logo a nova coalizão governamental seja formada. “Apelo expressamente por uma ampla reforma das leis sobre transgêneros e intersexuais, seguindo as diretrizes do Conselho Europeu”, afirmou.

Entre os países que já aprovaram os registros oficiais de pessoas do terceiro gênero estão Nova Zelândia, Austrália, Nepal e Índia.

Fonte: Deutsche Welle | Bonn

Parada LGBT em Berlim comemora aprovação do casamento homossexual

Nova lei da Alemanha foi votada em junho e promulgada na última sexta-feira

[\(O Globo, 22/07/2017 - acesse no site de origem\)](#)

O desfile do orgulho gay de Berlim reuniu milhares de pessoas, segundo a polícia, que comemoraram a lei que autoriza o casamento entre homossexuais. A lei foi votada em no fim de junho pelos deputados e promulgada na última sexta-feira pelo presidente Frank-Walter Steinmeier. O

texto entrará em vigor em outubro.

Nesta 39ª edição do “Christopher Street Day” — nome original americano da parada gay, que foi retomado pelo desfile berlinense — teve como tema oficial a luta contra a extrema-direita. Mas a maior parte dos presentes comemorava também a lei sobre o casamento entre homossexuais votada em 30 de junho pelos deputados alemães e promulgada na sexta-feira pelo presidente

O colorido e festivo desfile percorreu, às vezes sob forte chuva, a Kurfuerstendamm, famosa avenida da antiga Berlim ocidental, até a Porta de Brandemburgo.

Marco, um dos participantes, não escondia a sua alegria:

— Todo mundo tem agora o direito de se casar na Alemanha, os gays e as lésbicas também — comemorou este jovem húngaro. — Lutamos pela mesma coisa em nosso país. É uma inspiração para nós na Hungria — país governado pelo conservador Viktor Orban, disse à AFP.

— Com o casamento gay realmente avançamos, mais ainda há discriminações diárias que são inaceitáveis — disse por sua vez Matheus. — Ainda resta muito a ser feito, devemos continuar sendo vistos, presentes e por isso nos manifestamos, para que haja ainda mais igualdade — explicou o jovem alemão.

O Bundestag adotou a lei sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo a três meses das eleições legislativas, em 24 de setembro, e apenas alguns dias depois de a chanceler Angela Merkel retirar a sua oposição inicial.

A chefe do governo alemão se viu obrigada a flexibilizar a sua postura nessa questão, já que seus dois possíveis parceiros da coalizão após as legislativas — os social-democratas da esquerda e os liberais da direita — colocaram o casamento entre homossexuais como condição para qualquer tipo de aliança.

Os social-democratas, sócios minoritários na coalizão liderada por Merkel, impuseram um voto rápido, aliando-se com outros partidos de esquerda do Bundestag, de oposição.

Não entanto, Merkel votou contra a lei, explicando que, para ela, “o casamento é, segundo a nossa Constituição, uma união entre um homem e uma mulher”.

Parlamento da Alemanha aprova projeto de lei e legaliza o casamento homossexual

Texto foi aprovado por 393 deputados; Angela Merkel votou contra pois acredita que o matrimônio é ‘uma união entre um homem e uma mulher’

[\(O Estado de S. Paulo, 30/06/2017 - acesse no site de origem\)](#)

O Parlamento da Alemanha aprovou nesta sexta-feira, 30, um projeto de lei que legaliza o casamento entre pessoas do mesmo sexo, apesar do voto contrário da chanceler Angela Merkel. O texto estabelece que a partir de agora o matrimônio pode acontecer entre “duas pessoas de sexo diferente ou do mesmo sexo”.

O projeto de lei foi aprovado por 393 deputados, integrantes dos três partidos de esquerda representados na Câmara Baixa do Parlamento e parte dos deputados da ala conservadora de Merkel. Entre os conservadores, 226 de 310 votaram contra o projeto.

A chanceler anunciou que votou “não” ao projeto de lei. “Para mim, o casamento é, segundo nossa Constituição, uma união entre um homem e uma mulher. Por isso votei contra o projeto de lei”, afirmou Merkel à imprensa.

A Alemanha se une agora aos 20 países ocidentais, entre eles 13 europeus, que já legalizaram o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Berlim aprovou em 2001 uma união civil que concede os mesmos direitos que o

casamento, com exceção de algumas vantagens fiscais ou no que diz respeito à adoção.

Crise

A nova lei, que precisa ser ratificada pela Câmara Alta do Parlamento para entrar em vigor - o que deve acontecer até o fim do ano - concederá aos casais homossexuais o direito à adoção.

Na segunda-feira, a chanceler deixou a porta aberta para a votação ao declarar em uma entrevista que estava disposta a permitir que os deputados de seu partido conservador, União Demócrata Cristã (CDU), votassem de acordo com sua consciência sobre a questão, ou seja, sem uma determinação partidária.

Durante muito tempo, Merkel expressou oposição ao casamento gay para não contrariar o setor mais conservador de seu eleitorado, assim como sua aliada bávara, a União Social Cristã (CSU), muito tradicionalista em questões sociais.

Ela imaginava que a votação ocorreria depois das próximas eleições legislativas de 24 de setembro, o que daria tempo para um debate dentro de seu partido, dividido sobre a questão.

Contudo, o sócio minoritário na coalizão de governo, o Partido Social-Democrata (SPD), aproveitou a oportunidade para acelerar o processo e impôs a votação poucos dias depois da entrevista, em uma aliança com outros dois partidos de esquerda na Câmara dos Deputados.

A iniciativa do SPD, com a qual tenta ganhar peso para a campanha eleitoral contra Merkel, provocou uma crise governamental. “É realmente um reconhecimento, é emocionante”, declarou Christophe Têtu, homossexual de 46 anos que mora em Berlim. Seu companheiro, Timo Strobel, 51 anos, lamentou, no entanto, “a maneira como a campanha eleitoral foi utilizada” e considera que Merkel abordou a questão com fins políticos.

A opinião pública alemã apoia o casamento entre pessoas do mesmo sexo - 75% dos alemães e 73% do eleitorado de Merkel são favoráveis, segundo uma

pesquisa recente -, mas a mudança da chanceler no início da semana tem motivação sobretudo política.

Seus possíveis sócios em uma coalizão de governo após a eleição de setembro, tanto na esquerda como na direita, fizeram da legalização do casamento gay uma condição prévia para qualquer aliança.

Para a chanceler, apesar de sua oposição pessoal à união, aprovar a lei três meses antes das eleições significa acabar com um poderoso argumento eleitoral dos rivais social-democratas. Agora ela terá de lidar com a ala mais conservadora de sua família política.

Alemanha perdoará 50 mil homossexuais condenados por lei nazista na 2ª Guerra Mundial

Proposta prevê ressarcir os homossexuais com 3 mil euros de indenização, mais 1,5 mil euros por cada ano em que foram “restritos de liberdade”.

O governo da Alemanha iniciou nesta quarta-feira (22) um processo para perdoar e indenizar cerca de 50 mil homens condenados por homossexualismo com base em uma lei nazista em vigor desde a Segunda Guerra Mundial.

[\(Huffpost Brasil, 23/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

A proposta da Justiça, que ainda precisa ser aprovada pelo Parlamento, prevê cancelar as penas e ressarcir os homossexuais com 3 mil euros de indenização por condenação mais 1,5 mil euros por cada ano em que foram “restritos de liberdade”.

Além disso, o governo investirá 500 mil euros por ano em uma fundação

especializada neste tema. Durante 122 anos, de 1872 até sua revogação, em 1994, o artigo 175 do código penal alemão castigava com penas de prisão “os atos sexuais contra a natureza, sejam entre homens de sexo masculino ou entre homens e animais”.

Durante o regime de Adolf Hitler, as penas foram intensificadas por uma emenda nazista que estabelecia até dez anos de trabalhos forçados para os réus. Mais de 42 mil homens foram condenados.

Exército alemão abre centro para soldados LGBT vítimas de discriminação

O Ministério da Defesa alemão abriu um centro de atendimento ao pessoal da Bundeswehr (Exército) que sofreu assédio trabalhista, violência ou discriminação por sua orientação sexual, informaram neste domingo (5) veículos de imprensa alemães.

O centro, que começou a funcionar na última semana com três pessoas, atenderá “todos aqueles membros da Bundeswehr, em ativo ou aposentados, civis e militares, que sofrem ou sofreram assédio, discriminação e violência física e psicológica”, afirma um comunicado do Ministério da Defesa.

[\(Agência AIDS, 09/02/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Mas, de acordo com a nota, a iniciativa foi especialmente pensada para receber as possíveis queixas de “todos aqueles que por causa de sua condição sexual sofrem discriminação”. O centro, localizado dentro do departamento de Igualdade de Oportunidades, Diversidade e Inclusão do Ministério da Defesa, se encarregará de receber as queixas, solicitar a investigação e coordenar a resposta oficial.

Além disso, realizará estudos gerais da situação, denunciará erros judiciais estruturais no Exército e proporá melhoras, segundo as fontes.

O centro de atendimento começou a funcionar apenas três dias depois que a ministra da Defesa, a democrata-cristã Ursula von der Leyen, participou de uma conferência sobre “Orientação sexual e identidade na Bundeswehr”. “Nós levamos a sério vossos pedidos”, afirmou nesse ato a ministra ao coletivo de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais (LGBT).

No final de janeiro, foi revelado um caso de abusos dentro de um quartel do Exército e sete instrutores foram suspensos do serviço por estarem relacionados à submissão de novos recrutas a “práticas sexuais humilhantes e sádicas”.

Fonte: Agência EFE

Quase 50 mil vítimas da mutilação genital vivem na Alemanha, segundo estudo

Aproximadamente, 50 mil mulheres foram vítimas da ablação na Alemanha e entre 1.500 e 5.500 meninas correm risco de ser submetidas a ela, conforme um estudo financiado pelo Ministério de Família alemão e realizado por um grupo de ONG que lutam contra a mutilação genital.

O relatório indica como principais grupos de risco às mulheres de famílias que procedem da Eritreia, do Iraque, da Somália, do Egito e da Etiópia, de onde é a maioria das vítimas que mora atualmente na Alemanha.

[\(Uol Notícias, 06/02/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Segundo os autores, ainda é difícil prever o que acontecerá com a segunda

geração de imigrantes vindos de países considerados de alto risco. Para o secretário de estado no Ministério de Família, Ralf Kleindiek, porém, os números mostram que o tema é importante na Alemanha e que o governo tem a obrigação de agir.

“A mutilação genital é um crime grave que é um problema no mundo todo e também na Alemanha, onde há mulheres e meninas que correm risco de ser submetidas à ablação. Nós, como governo, temos a obrigação de atuar”, disse Kleindiek em entrevista coletiva.

A ablação é tipificada como crime na Alemanha desde 2013 e a lei também castiga essa prática mesmo que feita fora do país, mas isto muitas famílias não sabem. O principal risco é que as meninas sejam levadas em viagens de férias a países onde existe esse costume e voltem à Alemanha.

Contra essa ameaça, o Conselho de Ministros já aprovou um projeto de lei que está em trâmite parlamentar e que prevê retirar o passaporte das pessoas suspeitas de viajarem com meninas para fazer a mutilação genital fora do país. Kleindiek admitiu, no entanto, que as medidas não são suficientes para combater esse hábito e existe a necessidade de campanhas de conscientização e prevenção e, para isso, a ajuda da sociedade civil e das ONGs.

Para a diretora da ONG “Terre de Femmes”, Christa Stolle, “a mutilação genital é uma grave violação dos direitos humanos que faz com que muitas mulheres sofram durante toda a vida”.

Sua organização, com apoio do governo alemão, está desenvolvendo campanhas de educação nas comunidades de mulheres que pertencem a grupos de risco.

No Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) todo dia 6 de fevereiro, várias organizações da entidade internacional destacam que cerca de 200 milhões de mulheres no mundo todo sofreram a retirada total ou parcial de seus órgãos genitais externos.

Com informações da agência EFE

Até 2 mil podem ter participado de abusos em Ano Novo na Alemanha

(G1, 10/07/2016) Mais de 1.200 mulheres podem ter sido vítimas de ataques sexuais. Novos números estão em relatório divulgado por jornal alemão.

Mais de 1.200 mulheres podem ter sido atacadas sexualmente durante a noite de Ano Novo na Alemanha, e até 2 mil homens estariam entre os agressores. Os números, muito maiores do que os que se suspeitava anteriormente, constam de um relatório policial divulgado pelo jornal alemão “Sueddeutsche Zeitung” e pelas emissoras NDR e WDR.

Apenas em Colônia, a primeira cidade onde denúncias foram feitas, mais de 600 mulheres podem ter sido vítimas de agressões. Em Hamburgo seriam cerca de 400.

Apenas 120 suspeitos foram identificados e quatro foram condenados até agora, mas há outros julgamentos previstos.

Ao jornal, o presidente do gabinete da Polícia Criminal alemã, Holger Münch, admite que a grande maioria dos envolvidos pode nunca ser identificada, especialmente porque há poucos registros em vídeo, já que a Alemanha não costuma ter câmeras de segurança em locais públicos.

“Temos que presumir que muitos desses crimes jamais serão inteiramente investigados”, afirmou Münch, que também disse que o crescimento no número de refugiados no país está diretamente ligado ao crescimento dos casos. “Há uma conexão entre a emergência desse fenômeno e a rápida migração em 2015”.

Na quinta (7), dois acusados de participar dos ataques em Colônia foram condenados, ambos estrangeiros. Hussein A., um iraquiano de 21 anos, e Hassan T., um argelino de 26, foram condenados a penas suspensas de um ano. Isso significa que, caso não cometam nenhum crime nesse período, eles não serão presos. Mas, se forem detidos e acusados por outros crimes, essa pena será somada às suas novas condenações.

Ambos chegaram à Alemanha nos últimos dois anos, mas não foi divulgado se eles solicitaram asilo no país.

Os ataques na noite de Ano Novo levaram o parlamento alemão a aprovar leis mais rígidas, que facilitam a condenação daqueles que facilitarem ou participarem de agressões sexuais. Uma lei que tornaria mais fácil a deportação de refugiados condenados por ataques sexuais também foi sugerida, mas vem sendo criticada por ativistas e órgãos de defesa dos refugiados, que teme que eles possam ser acusados injustamente para provocar suas expulsões do país.

Acesse no site de origem: [Até 2 mil podem ter participado de abusos em Ano Novo na Alemanha \(G1, 10/07/2016\)](#)

Alemanha aprova reforma e endurece lei sobre violência sexual

(Agência Brasil, 07/07/2016) O Parlamento alemão aprovou hoje (7), por unanimidade, uma nova definição do crime de estupro no país. Agora, o princípio do “Não é Não” está garantido na lei. Isso quer dizer que basta não haver consentimento da vítima para que o ato sexual seja criminalizado. Até então, a legislação só considerava, de fato, estupro quando havia sinais claros de uso da força e de que a mulher tentou resistir fisicamente à

agressão.

“É um marco. Um passo importante para a sociedade e para todas as alemãs”, informou Dagmar Freudenberg, presidente da comissão de Direito Penal da Associação de Advogadas da Alemanha. A entidade foi uma das que participaram ativamente da campanha “Não quer dizer Não”, para pressionar os parlamentares a votar a reforma.

Em entrevista à Agência Brasil, a advogada disse que a nova lei traz também uma outra visão da liberdade individual e uma outra imagem da mulher. “Está mais claro do que nunca que, se alguém não escutar o que a mulher deseja ou não deseja, será punido”, disse Freudenberg.

Com a mudança, a Alemanha adequa uma lei considerada ultrapassada - a última reforma foi há 20 anos - e passa a ratificar a Convenção de Istambul, tratado europeu que estabelece padrões mínimos para prevenir a violência contra a mulher, proteger as vítimas, levar os crimes à Justiça e desenvolver políticas públicas.

“Passar a mão” é crime

A campanha pela reforma na lei vinha desde que a Convenção de Istambul entrou em vigor, em 2014. Mas o debate sobre torná-la mais severa se intensificou após os ataques de cunho sexual na noite de Ano Novo na cidade de Colônia, no fim do ano passado.

Foram cerca de mil denúncias de mulheres que se viram cercadas por grupos de homens e tiveram partes do corpo apalpadas ou foram beijadas à força. Como resposta, a nova legislação também classifica como crime de assédio sexual atos como “passar a mão” sem consentimento. Nesses casos, a pena pode chegar a dois anos de prisão.

Outra consequência do que ocorreu no Ano Novo é a criminalização de atos cometidos por grupos, com punição de todos os integrantes e não só de quem ativamente cometeu a ofensa. Uma terceira mudança remete ao fato de que, nos casos de Colônia, as vítimas e testemunhas disseram que os agressores aparentavam ser do Oriente Médio ou do Norte da África.

Segundo o texto da nova lei, migrantes condenados sob as novas regras de crimes sexuais poderão ser expulsos do país. Até então, a deportação era possível se relacionada a crimes considerados mais graves, com uso de violência e ameaças.

No que diz respeito a essas duas últimas mudanças, o texto da nova lei não foi aprovado pela oposição no Parlamento. Os críticos consideram que é contra a Constituição punir alguém apenas por fazer parte de um grupo e que o endurecimento das regras para deportação poderá tirar a atenção do direito da mulher e direcioná-la para questão migratória e dar à questão uma conotação racista.

Próximos passos

A nova legislação ainda precisa passar pelo Bundesrat (câmara onde estão representados os 16 estados alemães), o que deve acontecer no fim de setembro. A expectativa é que o princípio do “Não é Não” também seja aprovado nessa instância do governo. Daí, será necessária a assinatura do presidente da Alemanha. A nova lei de crimes sexuais entrará em vigor um dia após a publicação.

Apesar de considerada um passo essencial para garantir o respeito aos direitos das mulheres, a reforma precisará ser acompanhada por um processo de mudança de mentalidade, inclusive na Justiça, onde ainda poderá ser difícil provar o “não”.

“Ainda temos o problema de que é a palavra da vítima contra a do agressor”, ponderou a socióloga Conny Schulte, que coordena o Centro de Orientação a Vítimas de Violência Sexual da cidade de Bonn, no Oeste do país.

“É necessário que juízes e promotores passem por qualificação para que entendam melhor o tema do estupro e como as vítimas se sentem”, sugeriu Schulte. Conscientização que, segundo ela, precisa atingir toda a sociedade.

Pela experiência do atendimento a mulheres vítimas de violência sexual, a socióloga percebeu que, ainda hoje, há ainda muito preconceito, muitos mitos em torno do tema, e que as mulheres têm receio ou vergonha de falar sobre o que sofreram, de prestar queixa e de levar o caso à Justiça. Por ano, são

registrados 8 mil estupros no país, mas estima-se que de 85% a 95% dos casos não vêm à tona. E apenas 8% dos julgamentos resultam em condenações.

Se a reforma na lei de crimes sexuais fará com que mais mulheres denunciem e mais agressores sejam punidos é algo que Dagmar Freudenberg espera, mas que levará tempo para saber. “Acho que teremos de esperar uns 10 ou 15 anos para avaliar. Até lá, é preciso trabalhar no apoio às vítimas e na conscientização, para que a sociedade e a Justiça sejam mais sensíveis à questão do estupro”, concluiu.

Aline Moraes; Edição: Armando Cardoso

Acesse no site de origem: [Alemanha aprova reforma e endurece lei sobre violência sexual \(Agência Brasil, 07/07/2016\)](#)

Alemanha vai indenizar milhares de homens condenados por serem homossexuais

(El País, 11/05/2016) *Relações entre homens eram punidas pelo Código Penal alemão até 1994*

O Governo alemão vai indenizar e eliminar os antecedentes de milhares de homens condenados até 1994 por serem homossexuais, uma prática que o Código Penal alemão punia com até seis anos de prisão. Cerca de 50.000 pessoas foram condenadas entre 1949 e 1969 por uma lei de 1871, que foi endurecida durante o III Reich, de acordo com o Ministério da Justiça alemão. A norma foi aplicada severamente até 1969, quando a Alemanha descriminalizou a homossexualidade. No entanto, mais de outras 3.500 pessoas foram condenadas até 1994, quando a lei foi finalmente revogada.

O ministro da Justiça alemão, o social-democrata Heiko Maas, anunciou nesta quarta-feira o lançamento de um mecanismo legal para perdoar os milhares de condenados e assim pôr fim a um capítulo vergonhoso na história do pós-guerra. Depois de estudar um relatório elaborado pela Agência Federal Antidiscriminação, que chegou à conclusão de que não havia nenhum obstáculo legal para reabilitar e indenizar as vítimas do artigo 175 do Código Penal, o ministro Maas afirmou que vai propor uma lei destinada a revogar as sentenças e criar o que ele chamou de “um direito à indenização”.

“Nunca poderemos eliminar por completo as atrocidades cometidas pelo Estado, mas queremos reparar as vítimas”, disse o ministro em comunicado. “Os homossexuais que foram condenados não devem mais ter que conviver com a sombra da condenação”, acrescentou.

Em 2000, o Parlamento Federal aprovou uma resolução em que lamentava que o execrável artigo 175 tivesse permanecido em vigor após a guerra. Dois anos depois, anulou as condenações dos gays emitidas durante o regime nazista, mas não as condenações ocorridas no período do pós-guerra.

“O artigo 175 foi uma exceção vergonhosa na história do direito alemão”, disse a diretora da Agência Federal Antidiscriminação, Christine Lüders, ao apresentar o relatório em Berlim. “A legislação não pode continuar assistindo essa injustiça, e a comunidade homossexual ainda continua suportando as sentenças e julgamentos contra ela que não foram revogados”.

O famoso artigo foi endurecido na época do nacional-socialismo, que decidiu combater a homossexualidade, que era considerada uma doença. Vários milhares de homossexuais foram mandados para campos de concentração. Além disso, estima-se que cerca de 10.000 pessoas que tinham um triângulo rosa em seus trapos de roupa que as identificavam como párias nos campos morreram de maus-tratos.

Os nazistas, em busca do que consideravam ser a purificação da raça ariana, submeterem os prisioneiros homossexuais a experiências médicas, tais como injeções de hormônio, lobotomias e castrações.

A iniciativa judicial anunciada pelo ministro da Justiça foi aplaudida pela

Federação de Gays e Lésbicas da Alemanha, que pediu que a lei seja aprovada na atual legislatura: “O tempo é curto e só podemos apelar a todas as correntes políticas que lutaram no passado com este problema que não o utilizem agora em uma guerra política de trincheiras”.

Enrique Müller

Acesse no site de origem: [Alemanha vai indenizar milhares de homens condenados por serem homossexuais \(El País, 11/05/2016\)](#)